CPA e RJUE: Formas de Articulação



7 Horas | **225 €**

incurso capital humano

Apresentação
Sendo o RJUE um diploma especial que apenas se debruça sobre operações urbanísticas e os procedimentos de gestão urbanística, nada é mais natural que se verifiquem algumas lacunas de regulamentação, isto é, que venham a surgir questões para as quais o RJUE não dá uma resposta imediata e inequívoca. Quando tal ocorre, o recurso ao CPA é precioso, pois este é o diploma geral em matéria administrativa. É sobre a articulação entre estes dois diplomas que se debruça esta ação, sendo dados vários exemplos desta relação.

Destinatários
Dirigentes, Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos da Administração Pública Central e Local; Responsáveis da área do Planeamento e Urbanismo; Arquitetos

Objetivos Gerais
A formação visa dotar os participantes de conhecimentos que lhes permitam compreender as formas de articulação do Código de Procedimento Administrativo e do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE). Em específico, pretende-se que os participantes sejam capazes de identificar a relação geral entre estes dois diplomas, compreendendo os seus princípios e exigências fundamentais. Além disso, a formação visa garantir que os participantes dominem os procedimentos e a parte substantiva do direito Administrativo abordados pelos referidos diplomas.

Objetivos Específicos
No final da formação os formandos deverão ser capazes de:

- Identificar a relação geral entre diplomas, seus princípios e exigências fundamentais.
- Dominar os procedimentos e a parte substantiva do direito Administrativo dos diplomas

Programa
CPA e RJUE: Formas de Articulação (07H)
1. Apresentação sumária dos diplomas
2. A relação geral entre os diplomas
3. Os princípios e exigências fundamentais
4. Procedimentos no CPA e no RJUE:
4. 1. Trâmites gerais
4. 2. Os procedimentos dos regulamentos administrativos
4. 3. Os procedimentos dos atos administrativos e que os substituem
4. 4. Os procedimentos dos contratos administrativos
4. 5. Os procedimentos de execução (em especial no que se refere às medidas de reposição da legalidade)
4. 6. Os procedimentos sancionatórios
4. 7. Os procedimentos impugnatórios
5. Parte substantiva do direito administrativo
5. 1. As cláusulas acessórias (em especial a precarização dos atos administrativos

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

5. 2. A ineficácia dos atos ou atuações administrativas
5. 3. As invalidadas
5. 4. A revogação

Certificação
O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt